



EXTINÇÃO E PRESENÇA DE POVOS INDÍGENAS CEARENSES NA REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ (1887-1930)

Marta Gabriela De Sousa Bezerra¹
Edson Holanda Lima Barboza²

RESUMO

A pesquisa problematiza o processo de construção e legitimação do discurso oficial que, supostamente, decretou a extinção dos povos indígenas do Ceará a partir de 1863, quando o então Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, publicou um relatório dirigido ao legislativo provincial anunciando o desaparecimento dos povos indígenas locais em decorrência da miscigenação, o então relatório acabou tendo impacto na sociedade como se fosse uma lei ou um decreto que extinguiu os povos indígenas do Ceará. Contudo, a retomada das lutas por reconhecimento a partir da década de 1980 e a existência na atualidade de 14 povos indígenas presentes em 18 municípios, demonstram a necessidade de revisitar, analisar criticamente e desconstruir os discursos oficiais, seja do ponto de vista das elites políticas ou da historiografia, que anunciaram em tom quase festivo o desaparecimento destes povos durante a colonização no Ceará. O projeto teve como principal ferramenta metodológica a pesquisa em Revistas do Instituto do Ceará, publicadas a partir do ano de 1887 e a pesquisa em jornais cearenses, com foco principal no jornal O Cearense, a partir do ano 1863. Durante as pesquisas foram encontradas informações que evidenciassem a presença indígena no Ceará, com breves menções de povos indígenas na cidade de Baturité-Ce na região do Cariri-Ce.

Palavras-chave: Indígenas; desaparecimento; presença; Ceará.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Discente,
sousagabriela119@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente,
edsonholanda@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

As narrativas negacionistas ou reducionistas em relação à ancestralidade indígena cearense, sejam produzidas por literatura romântica ou estudos supostamente de caráter científico, remontam diretamente ao relatório do então presidente da província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, que em 1863 foi apresentado a Assembleia Legislativa Provincial, o relatório impactou a sociedade como se fosse uma lei ou um decreto de extinção de povos indígenas do Ceará a partir daquele período.

O projeto teve como uma das suas principais relevâncias, desconstruir a narrativa de que povos indígenas cearenses foram extintos do Ceará após este decreto, nesse sentido, a pesquisa é relevante e essencial para que possamos conhecer e analisar a presença de povos indígenas cearenses durante esse período e a partir do decreto. O projeto e as investigações desenvolvidas também surgem como apoio material e metodológico para pesquisas acadêmicas e estudos a respeito de povos indígenas que habitaram o estado do Ceará durante o período do decreto de extinção.

Os principais objetivos deste trabalho foram trazer evidências sobre a permanência da existência de povos indígenas cearenses após o decreto de extinção, trazendo por meio de fontes pesquisadas e analisadas, indícios que busquem enfatizar esta falsa narrativa. A pesquisa em fontes históricas, sejam relatórios oficiais ou jornais, compõem um elemento muito relevante para o desenvolvimento da pesquisa, nos possibilitando um contato direto com tais documentos que visam nos proporcionar conhecimentos históricos e sociais.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu com base na leitura e análise de produções de intelectuais que publicaram na Revista do Instituto do Ceará, que iniciaram suas publicações a partir de 1887, buscando mergulhar nos detalhes da documentação, interpretando classificações e até mesmo silêncios em relação aos povos indígenas cearenses. Com isso, em cada ano apresentam revistas que foram lidas e analisadas a fim de alcançar os objetivos estabelecidos, as atividades de leitura executadas na revista foram realizadas a partir do ano de 1887 até o ano de 1891.

Outra referência teórica e metodológica relevante é a produção da História Social Inglesa, com destaque para E.P Thompson (1981), que orienta a necessidade de recompor o passado partindo da interpretação de conflitos sociais do ponto de vista das camadas populares, mantidas por muito tempo ausentes na narrativa histórica. Em análise que deve ser pautada não apenas nas determinações estruturais, mas nas margens de ação que a experiência humana produz. Formulação importante para interpretar o lugar dos povos indígenas na formação do Ceará não apenas como uma determinação econômica ou política decorrente do processo de colonização, mas forjado através das práticas sociais dos sujeitos envolvidos no processo, incluindo os próprios povos indígenas.

Para a pesquisa em jornais, foi recorrido ao acervo de jornais da Biblioteca Nacional Brasileira (BNB), disponíveis para consulta na internet através do projeto Hemeroteca Digital, a pesquisa em edições de jornais cearenses ocorreu a partir do recorte temporal de 1863-1930. Foram feitas pesquisas no jornal liberal O Cearense, buscando pelos termos Índios, Indígenas, Aborígenes e Tapuias. Para a realização e análise das pesquisas relacionadas à temática, buscou-se conduzir a pesquisa a partir do método indiciário, nos termos proposto por Carlos Ginzburg (1989), visando explorar deslizes, detalhes ou desconstruir narrativas hegemônicas que por gerações condenaram os povos indígenas cearenses ao esquecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa nas Revistas do Instituto do Ceará, a maioria dos registros descrevendo os povos indígenas no Ceará eram referentes ao período colonial, principalmente sobre fatos ocorridos nos séculos



XVII e XVIII, com pouco ou quase nada sobre o século XIX e o período imperial. Desta forma, a pesquisa foi direcionada ao Jornal Cearense.

O periódico liberal Cearense, na edição de 01898, página 01, noticiou na primeira sessão do dia 31 de agosto de 1865 que a câmara municipal de Milagres apresentava uma resposta a um ofício da mesma câmara, sobre a necessidade de um diretor para índios aldeados da localidade Cachorra Morta, com isso a câmara determinou que um cidadão chamado Manoel Furtado, fosse o diretor desses índios. Ou seja, mesmo após o decreto de 1863, governantes locais continuaram tomando medidas administrativas voltadas aos povos indígenas que habitavam o Ceará.

Em uma notícia publicada no jornal O Cearense em 6 de junho de 1872 na cidade de Fortaleza-CE, na página 01 da edição 00046, trouxe novamente os povos indígenas da Cachorra Morta. O jornal menciona ofício direcionado ao primeiro suplente do juiz municipal de Milagres, uma vila no Ceará, para que fosse dada proteção aos indígenas da serra da Cachorra Morta, e enfatizando que os indígenas dessa aldeia não fossem perseguidos. A ordem para proteção ocorreu 09 anos após a publicação do “Decreto” Relatório de 1863, demonstrando que quase uma década depois, a presença de indígenas no Ceará era de conhecimento das autoridades provinciais.

Na edição 00047, do mesmo jornal, datada em dia 10 de junho de 1875 na cidade de Baturité (CE), foi feita outra menção a povos indígenas, na página 04, o jornal faz uma crítica ao governo do Brasil e menciona que um engenheiro chamado Justa, que estava acompanhado de dois homens chamados Herculano e Corsino, chegaram a cidade de Baturité para medir as terras devolutas, que merecidamente deveriam ser entregues aos aborígenes que ainda viviam pela região.

A notícia do jornal também menciona que os três homens mandados pelo governo estavam a procura de cobre e estavam enganando os caboclos que ali viviam, dizendo-lhes que eles teriam direito de posse a algum pedaço de terra que mais gostassem, mas para isso era necessário um requerimento ou petição do governo ou de um engenheiro. Para pagar esse requerimento ou petição, os caboclos, nos quais são chamados de “pobres e ignorantes”, estavam vendendo seus machados, foices e enxadas, além de estarem pedindo dinheiro emprestado. Essa notícia traz uma crítica ao governo pelas suas extorsões e posses de terras.

Os diversos registros, encontrados no Jornal Cearense, sobre a continuidade da presença indígena no Ceará após o Relatório de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, possibilitam uma interpretação mais ampla e do entendimento do teor do Relatório de 1863 como tendo um caráter mais ideológico a serviço das elites da época do que descrição efetiva de fatos.

CONCLUSÕES

É importante destacar que ao fim do projeto, as pesquisas realizadas contribuíram de forma significativa e relevante para minha formação acadêmica e como pesquisadora, a relevância do contexto histórico em que a pesquisa estava baseada contribuiu para mais conhecimentos a respeito de povos indígenas cearenses. A pesquisa mostra-se importante para o conhecimento histórico em relação aos povos indígenas cearenses que foram negligenciados por meio do “decreto de extinção” em 1863, servindo como base para novas pesquisas e novos conhecimentos. Os resultados encontrados na pesquisa caracterizaram-se importantes para o cumprimento dos objetivos das pesquisas, infelizmente objetivava-se obter mais resultados, porém as pesquisas e leituras contribuíram para o meu processo formativo como jovem pesquisadora.

AGRADECIMENTOS



Gostaria de agradecer ao professor Edson Holanda Lima Barbosa, do curso de Licenciatura em História, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, pela imensa satisfação em fazer parte deste projeto de pesquisa e iniciação científica, que me proporcionou uma ótima experiência como pesquisadora. Gostaria de agradecer também a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB que nos permite a participação em editais e projetos como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, agradeço também a meus pais e irmãos pelo incentivo ao estudo acadêmico e a participação em projetos como este. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa intitulada “A extinção por decreto: produzindo narrativas sobre o suposto desaparecimento dos povos indígenas cearenses (1863-1930)” e executada entre 01/09/2023 e 31/08/2024 através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab.

REFERÊNCIAS

- CEARÁ, Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, Fortaleza, 9 de outubro de 1863. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/166/items> . Acesso em: 14/10/2024.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social. São Paulo: PUC/PPGH/Tese de Doutorado em História Social, 2001.
- GINZBURG, Carlos. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 1989. pp.143-179.
- THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria - ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.